

Guaraciaba
Transmissora
de Energia
(TP Sul) S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar

20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos

Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparados originalmente antes dos ajustes, descritos na nota explicativa 6, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 26 de abril de 2016. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, examinamos os ajustes nos valores correspondentes das demonstrações financeiras de dezembro de 2015, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre eles tomados em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado (*)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	16.284	106.129
Contas a receber	10	9.642	-
Ativo financeiro	12	76.536	23.942
Impostos a recuperar	11	1.469	2.925
Outros ativos circulantes		3.498	243
Total do ativo circulante		107.429	133.239
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo financeiro	12	1.139.406	904.955
Imobilizado		112	233
Intangível		89	-
Total do ativo não circulante		1.139.607	905.188
Total do ativo		1.247.036	1.038.427
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	13	13.206	5.207
Retenção Contratual		423	473
Debêntures	16	-	401.726
Empréstimos e financiamentos	15	9.927	-
Salários e encargos		410	289
Impostos e contribuições sociais	14	3.160	6.826
Dividendos a pagar	18.c	11.254	8.016
Encargos setoriais		895	-
Outros passivos circulantes		1.824	3.329
Total do passivo circulante		41.099	425.866
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	378.528	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	13.184	2.770
Total do passivo não circulante		391.712	2.770
Patrimônio líquido			
Capital social	18.a	803.832	619.007
Reserva legal	18.b	681	-
Dividendos adicionais propostos	18.c	9.712	-
Prejuízos acumulados		-	(9.216)
Total do patrimônio líquido		814.225	609.791
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.247.036	1.038.427

(*) Veja nota explicativa 6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado (*)
Receita operacional líquida	19	310.380	260.728
Custo de construção	20	(197.121)	(197.226)
Despesas de operação e manutenção - O&M		(1.368)	-
Perdas pelo valor da indenização / renovação		(4)	-
		<hr/>	<hr/>
Lucro bruto		111.887	63.502
Despesas operacionais			
Pessoal		(3.588)	(2.089)
Serviços de terceiros		(2.070)	(1.920)
Outros		(261)	(396)
		<hr/>	<hr/>
Total		(5.919)	(4.405)
		<hr/>	<hr/>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		105.968	59.097
		<hr/>	<hr/>
Receitas financeiras	21	5.668	2.595
Despesas financeiras	21	(79.361)	(73.220)
		<hr/>	<hr/>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		32.275	(11.528)
		<hr/>	<hr/>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(9.429)	3.872
		<hr/>	<hr/>
Lucro líquido /(prejuízo) do exercício		22.846	(7.656)
		<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

(*) Veja nota explicativa 6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado (*)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	22.846	(7.656)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente do exercício	<u>22.846</u>	<u>(7.656)</u>

(*) Veja nota explicativa 6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital Social	Legal	Dividendos Adicionais propostos	AFAC	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	272.168	-	-	-	(1.560)	270.608
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	346.839	-	346.839
Integralização do Capital com AFAC	346.839	-	-	(346.839)	-	0
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(7.656)	(7.656)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 - Reapresentado (*)	619.007	-	-	-	(9.216)	609.791
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	184.825	-	184.825
Integralização de capital com Afac	184.825	-	-	(184.825)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.846	22.846
Reserva legal	-	681	-	-	(681)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(3.237)	(3.237)
Dividendo adicional proposto	-	-	9.712	-	(9.712)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	803.832	681	9.712	-	-	814.225

(*) Veja nota explicativa 6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado (*)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos imposto de renda e da contribuição social	32.275	(11.529)
Ajuste para:	-	
Remuneração do ativo financeiro	(111.891)	(63.502)
Depreciação	55	-
Juros de empréstimos	63.474	581
Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais		
Adiantamento a fornecedores	61	-
Impostos a recuperar	1.457	(30)
Contas a receber	(9.642)	(720)
Despesas antecipadas	(44)	(93)
Outros ativos circulantes	(3.272)	(71)
Fornecedores	7.998	(10.572)
Impostos e contribuições sociais	(2.681)	2.036
Retenções contratuais	(50)	269
Encargos setoriais	895	55
Salários e encargos	88	3.033
Provisão para contingências	33	-
Outros passivos circulantes	(1.505)	-
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(22.749)	(80.543)
Pagamento de debêntures - juros	(63.695)	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais	(86.443)	(80.543)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Ativo financeiro	(175.154)	(197.226)
Imobilizado	66	(114)
Intangível	(89)	-
Caixa líquido aplicado nas atividade de investimentos	(175.177)	(197.340)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de debêntures - principal	(400.000)	-
Recebimento de empréstimos e financiamentos	386.950	0
Integralização de capital	184.825	0
Adiantamento para futuro aumento de capital		346.841
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	171.775	346.841
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(89.845)	68.958
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	106.129	37.171
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	16.284	106.129

(*) Veja nota explicativa 6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“Companhia”), Empresa privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“State Grid”), e Copel Geração e Transmissão S.A. (“Copel”), com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2012 (“Leilão”), realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

a. Da concessão

A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote B, formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kVRibeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. A subestação Marimbondo II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e de proporcionar intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;

O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.

Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no Contrato de Concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro indenizável diretamente do poder concedente;

Parcela refere-se a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP), pela construção da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em Contrato de Concessão.

Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos, a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente.

b. Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto as Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 26 de julho de 2013.

c. Licenciamento Ambiental

A Companhia teve sua Licença de Operação, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em 30 de Agosto de 2016, sob Registro no IBAMA nº 02001.005398/2012-38, emitida sem ressalvas, válida pelo prazo de 10 (dez) anos a partir de sua data de emissão. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

2 Base de preparação e elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de fevereiro de 2017.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações Financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Ativo financeiro e remuneração do ativo financeiro

A Companhia mensura o Ativo Financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início da concessão, a taxa de remuneração do Ativo Financeiro é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por meio de avaliações financeiras. A taxa de remuneração do Ativo Financeiro é estimada por concessão e utilizada para remunerar o Ativo Financeiro do referido Contrato de Concessão.

O saldo do Ativo Financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF - Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro referente ao Contrato de Concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

b. Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

c. Determinação da taxa efetiva de juros do Ativo Financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou receitas de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a Companhia revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do Ativo Financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o efeito presente do ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança.

d. Margem, receita e custo de construção

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras margem zero de lucro sobre os valores registrados a título de receita de construção da infraestrutura de transmissão. A construção é efetuada por terceiros, tendo em vista a condição principal de uma concessionária de transmissão.

e. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 23 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

f. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na Nota Explicativa nº 17.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados conforme citado na nota explicativa 7.

6 Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e informações contábeis relativas à demonstração de resultado relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro (IAS 8) e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), em decorrência da reclassificação dos saldos relativos ao ativo e passivo fiscal diferido não foram compensados para fins de apresentação e contabilização da receita e custo de construção que estavam apresentados a menor. A tabela a seguir resume esses impactos:

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo fiscal diferido	41.863	(41.863)	-
Total de ativos	1.080.290	(41.863)	1.038.427
Passivo fiscal diferido	44.633	(41.863)	2.770
Total de passivos	470.499	(41.863)	428.636
Total do patrimônio líquido	609.791	-	609.791

Demonstrações do resultado e do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2015	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita de construção	156.318	40.907	197.226
Custo de construção	(156.318)	(40.907)	(197.226)
Prejuízo do exercício	(7.656)	-	(7.656)
Total do resultado abrangente	(7.656)	-	(7.656)

Não há nenhum impacto sobre o lucro líquido e nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Certos montantes comparativos nas demonstrações do resultado foram reapresentados, como resultado de uma retificação de erros (veja nota explicativa 6)

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

7.2 Ativo financeiro indenizável

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato. O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias, independentemente, do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo. As adições decorrentes da infraestrutura de transmissão são registradas como ativo financeiro.

7.3 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

7.4 Outros ativos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

7.5 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

7.6 Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

7.7 Receita e custo de construção

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) e reconhece o desenvolvimento da infraestrutura da concessão (construção) de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

7.8 Receita de remuneração do ativo financeiro

Refere-se à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento (contrato de concessão) sobre o valor do investimento.

7.9 Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

7.10 Receita de juros sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

7.11 Despesas de juros de empréstimos e debêntures

As despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

7.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

7.12.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.12.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

7.13 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS a alíquota de 9,25%;

Reserva Global de Reversão - 2,6% do faturamento. É usada para financiar o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.

As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

7.14 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis, passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

a. Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando A Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b. Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

São mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c. Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações passaram a ser efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A aplicação dessas normas não tiveram impactos relevantes nos montantes divulgados no exercício atual ou no anterior.

Novas normas revisadas e já emitidas, mas não efetivas, não foram adotadas de forma antecipada pela Companhia.

- **Alterações ao IAS 7** - Iniciativa de divulgação (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2017)

- **IFRS 9** - Instrumentos financeiros (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018)
- **IFRS 15** - Receita de contratos de clientes (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018)
- **IFRS 16** - Arrendamento mercantil (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019)

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos conta movimento	1.052	1.082
Aplicação Financeira - CDB Banco HSBC	12.386	69.940
Aplicação Financeira - CDB Banco Santander	-	35.107
Aplicação Financeira - Conta Vinculada Banco Itaú	2.846	-
	16.284	106.129
	16.284	106.129

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários - CDB foram remuneradas à taxa média de 98% do CDI.

10 Contas a receber

	31/12/2016	31/12/2015
Vencidos até 30 dias	111	-
A vencer	9.531	-
	9.642	-
	9.642	-

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

11 Impostos a recuperar

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	1.370	2.925
Outros	99	-
Total	1.469	2.925

12 Ativo financeiro

	31/12/2015	Receita de construção	Receita de remuneração	Recebimentos	31/12/2016
Ativo financeiro	928.897	197.121	111.891	(21.967)	1.215.942
Circulante	-				76.536
Não circulante	928.897				1.139.406
	31/12/2014	Receita de construção	Receita de remuneração	Recebimentos	31/12/2015
Ativo financeiro	668.169	197.226	63.502	-	928.897
Circulante	-				23.942
Não circulante	668.169				904.955

13 Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
SEPCO1	507	153
Process - Protection and Control for Energy	-	70
Nexans Brasil S.A.	-	770
Instaladora de Materiais Elétricos Vividense	-	2.281
Empo - Empresa Curitibana de Saneamento e Construção Civil	-	157
Grantel Equipamentos Ltda	-	581
Cogelta Construções Gerais	175	-
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	272	-
China Epr Science & Technology Co.	7.577	-
Sistechne - Intertechne Sistemas S.A.	431	-
Nari Brasil Holding	71	-
Nari Group Corporation	1.170	-
Cooper Power Systems do Brasil	216	-
R. G. Serviços Eireli	653	-
Pimenta Brasil	314	-
Ricardo Alves da Silva Construtor ME	114	-
Adelio Alves Kinseler ME	229	-
Soma Engenharia Eireli	158	-
Outros	1.319	1.195
	13.206	5.207

14 Impostos e contribuições sociais

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda retido na fonte	451	759
Contribuição social	258	667
Pis/Cofins/CSLL	50	45
Pis/Pasep	121	4
Cofins	562	22
INSS retido a recolher	1.654	2.177
ISS	64	3.153
Total	<u>3.160</u>	<u>6.826</u>

15 Empréstimos e financiamentos

Em 28 de setembro de 2016, foi assinado um Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 440.000.000 (Quatrocentos e quarenta milhões de reais). Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da Companhia, sob a forma de três subcréditos:

Subcrédito “A”

No valor de R\$ 420.000 (quatrocentos e vinte milhões de reais), providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,42% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, a partir da data de liberação dos recursos. Deste total, foram desembolsados R\$ 369.096. O saldo remanescente será desembolsado ao longo de 2017.

O montante apurado será capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031.

Subcrédito “B”

No valor de R\$ 17.854 (dezessete milhões e oitocentos e cinquenta e quatro mil reais), providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

O montante apurado será capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

Subcrédito “C”

No valor de R\$ 2.200 (dois milhões e duzentos mil reais), providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, a partir da data de liberação dos recursos. A companhia pretende desembolsar este subcrédito no primeiro semestre de 2017.

O montante apurado será capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de julho de 2018.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 150 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de agosto de 2018 e a última em 15 de janeiro de 2031.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo atualizado do empréstimo concedido pelo BNDES, é de R\$ 388.455, líquido dos custos de transação, até a presente data.

Empréstimo	31/12/2015	Liberação	Juros	31/12/2016
BNDES - SUBCRÉDITO A	-	369.096	1.438	370.534
BNDES - SUBCRÉDITO B	-	17.854	67	17.921
	<u>-</u>	<u>386.950</u>	<u>1.505</u>	<u>388.455</u>

Segregação entre curto e longo prazo

	31/12/2015	31/12/2016
BNDES		
Passivo Circulante	-	9.927
Passivo Não Circulante	-	378.528
Total Bndes	<u>-</u>	<u>388.455</u>

Covenants Contratuais

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%, medidos com base nas demonstrações de 2017.

Principais cláusulas restritivas do BNDES

Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato;

Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e

Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

16 Debêntures

Data da emissão: 20/06/2013

Vencimento: 20/12/2014

Vencimento prorrogado: 20/12/2016

Forma de Subscrição e Integralização: A qualquer tempo via CETIP

Remuneração: 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida exponencialmente de spread de (i) 0,65% da data de emissão até 20 de dezembro de 2014, (ii) 0,90% de 20 de dezembro de 2014, inclusive, até 20 de junho de 2015 e (iii) 2,30% de 20 de junho de 2015, inclusive, até 20 de dezembro de 2016.

Ano base: 252 dias úteis

Destinação dos recursos: Investimentos na própria companhia

Garantias: Fidejussória

Interveniente garantidor: State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A.

Banco liquidante e Escriturador Mandatário: Banco Bradesco S.A.

Emissão de 400 (quatrocentas) Debêntures em 20 de junho de 2013, sendo as respectivas liquidações detalhadas abaixo:

- Em 03 de julho de 2013 foi realizada a liquidação de 50 debêntures, sendo efetivamente recebido R\$ 50.144.572, líquido do custo de transação.
- Em 01 de outubro de 2013 foi realizada a liquidação de 180 debêntures, sendo efetivamente recebido R\$ 184.539.458, líquido do custo de transação.
- Em 10 de janeiro de 2014 foi realizada a liquidação de 140 debêntures, sendo efetivamente recebido R\$ 147.440.296, líquido do custo de transação.
- Em 28 de maio de 2014, foi realizada a liquidação de 30 debêntures, sendo efetivamente recebido R\$ 32.862.313, líquido do custo de transação.

Em 22 de dezembro de 2014, foi realizada a amortização parcial dos juros sobre as debêntures, no valor de R\$ 67.237.093. O vencimento do principal foi prorrogado por 6 meses; em janeiro de 2015 foi pago o waiver no valor de R\$ 553.403.

Em 24 de junho de 2015, a Companhia pagou waiver no valor de R\$ 5.600.000, com o objetivo de prorrogar o prazo de vencimento das debêntures para os próximos 6 meses. Adicionalmente, realizou a amortização parcial dos juros sobre as debêntures, no valor de R\$ 25.316.552.

Em 21 de dezembro de 2015, foi realizada a amortização parcial dos juros sobre as debêntures, no valor de R\$ 32.277.991. A Companhia pagou waiver no valor de R\$ 5.600.000, com o objetivo de prorrogar o prazo de vencimento das debêntures para os próximos 6 meses.

Em 20 de junho de 2016, foi realizada a amortização parcial dos juros sobre as debêntures, no valor de R\$ 31.419.546. Em 2016 a Companhia pagou R\$ 5.530.597 de waiver para prorrogação do vencimento até a quitação.

Em 20 de dezembro de 2016, com a liberação do financiamento do BNDES, foi realizado o pagamento integral das debêntures, no valor de R\$ 432.275.268.

17 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social apurados respectivamente com base no Prejuízo fiscal e na Base Negativa da CSLL foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

O valor do imposto passivo diferido refere-se a diferenças temporárias apuradas com base na remuneração do ativo financeiro.

	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Passivo		
Imposto de Renda Diferido	60.773	32.825
Contribuição Social Diferida	21.879	11.808
	<u>82.652</u>	<u>44.633</u>
Ativo		
Imposto de Renda Diferido	51.056	30.769
Contribuição Social Diferida	18.412	11.094
	<u>69.468</u>	<u>41.863</u>
Líquido	<u>13.184</u>	<u>2.770</u>

O reflexo no resultado está demonstrado como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda diferido Passivo	(27.949)	(15.900)
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	21.272	18.734
	<u>(6.677)</u>	<u>2.834</u>
Contribuição social diferido Passivo	(10.070)	(5.715)
Contribuição social diferido sobre base negativa	7.318	6.753
	<u>(2.752)</u>	<u>1.038</u>
Imposto líquido no resultado	<u>(9.429)</u>	<u>3.872</u>

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$803.832.303 (R\$ 619.007.000 em 31 de dezembro de 2015) dividido em 803.832.303 (619.007.000 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2016	31/12/2015
State Grid Brazil Holding S.A.	409.954.475	315.694.000
Copel Geração e Transmissão S.A.	393.877.828	303.313.000
Total	803.832.303	619.007.000

As deliberações das subscrições foram feitas através de capitalização de AFAC conforme item d.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	22.846
Prejuízos acumulados	(9.216)
Base de cálculo para reserva legal	13.630
Reserva Legal (5%)	681
Base de cálculo para dividendos	12.949
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.237
Dividendo adicional proposto	9.712

d. Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Durante o exercício de 2016 a Companhia recebeu adiantamentos para futura integralização do Capital conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 18/05/2016	29.400
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 23/05/2016	30.600
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 17/06/2016	34.300
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 20/06/2016	35.700
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 31/08/2016	11.025
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 20/12/2016	43.800
Integralização de capital com AFAC em 29/12/2016	(184.825)

19 Receita operacional líquida

	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Receita de construção	197.121	197.226
Remuneração do ativo financeiro	111.891	63.502
Receita de operação e manutenção	5.058	-
Receita operacional bruta	314.070	260.728
Deduções da receita operacional		
Encargos setoriais	(964)	-
PIS	(486)	-
COFINS	(2.240)	-
Receita operacional líquida	310.380	260.728

20 Custo de construção

	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Gestão ambiental	(2.885)	-
Engenharia	(120.647)	(172.513)
Sondagens, terraplanagem e topografia	(371)	-
Edificações obra civil e benfeitorias	(8.165)	-
Cabos e condutores	(13.742)	(3.099)
Máquinas e equipamentos	(68.065)	(36.210)
Estruturas metálicas, estacas, pinos	(13.808)	(16.209)
Móveis e utensílios	(120)	-
Pessoal	(2.432)	(1.768)
Materiais	(652)	-
Serviços de terceiros	(4.058)	(685)
Despesas (receitas) financeiras	-	40.907
Arrendamentos e aluguéis	(3.402)	(253)
Seguros	(773)	(793)
Tributos e taxas	(0)	(17)
Doações, contribuições e subvenções	(50)	-
Estudos e projetos	(870)	(2.970)
Adiantamento a fornecedores	49.405	(4.566)
Comissionamento	(3.825)	-
Servidos	(2.326)	530
Depósitos judiciais	(339)	(177)
Outros	4	597
Total	(197.121)	(197.226)

21 Receitas e (despesas) financeiras

Receitas financeiras	31/12/2016	31/12/2015
Receitas de aplicações financeiras	5.100	2.179
Variações monetárias	799	458
Outras receitas financeiras	12	-
Pis	(34)	(6)
Cofins	(209)	(36)
Total das Receitas financeiras	5.668	2.595
Despesas financeiras		
Despesa de waiver	(5.531)	(11.200)
Juros sobre empréstimos	(63.474)	(58.837)
Juros e multas	(1.075)	(3.046)
Despesas de IOF	(7.626)	-
Outras despesas financeiras	(1.655)	(137)
Total despesas financeiras	(79.361)	(73.220)
Resultado financeiro	(73.693)	(70.625)

22 Transações com partes relacionadas

22.1 Remuneração de Administradores

Em 31 de dezembro de 2016 a remuneração dos Administradores foi de R\$ 765 (R\$ 324 em 31 de dezembro de 2015).

22.2 Operações comerciais

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2016
Passivo			
Itumbiara Transmissora De Energia S.A.	Fornecedor	Custo de O&M	272
State Grid Brasil Holding - Aluguel	Fornecedor	Aluguel	22
			294
Resultado			
Despesas			
State Grid Brasil Holding - Aluguel	Custos administrativos	Aluguel	(244)
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	Custo operacional	Custo de O&M	(5.029)
			(5.273)

23 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito.
- b. Risco de mercado.
- c. Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a. *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	2016	2015
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	16.284	106.129
Contas a receber - Ativo financeiro	1.215.942	928.897
	<u>1.232.226</u>	<u>1.035.026</u>

Títulos e valores mobiliários - Representado pelas aplicações financeiras de primeira linha, em fundos rastreados por títulos públicos o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Contas a receber - Ativo financeiro - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.

As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.

Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b. *Risco de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	2016	2015
Aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários) CDB-DI	15.232	105.047

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	15.232	Queda da taxa CDI	2.101	1.575	1.050
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
			13,75%	10,31%	6,87%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando CDI médio estimado de 13,75% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDES	388.455	Alta da taxa TJLP	29.134	36.437	43.701
Referência para passivos financeiros:			Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)			7,50%	9,38%	11,25%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando TJLP estimado de 7,50%, de acordo com a expectativa do mercado.

Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c. *Riscos operacionais*

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa
Títulos e valores mobiliários
Contas a receber - ativo financeiro

Categoria

Valor justo por meio do resultado
Valor justo por meio do resultado
Empréstimos e recebíveis

Passivos financeiros

Fornecedores
Empréstimos e financiamentos

Custo amortizado
Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários.
- **Títulos e Valores Mobiliários** - aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- **Contas a receber - ativo financeiro** - o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2016. A administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.

Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme abaixo:

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Início	Vigência Fim	Importância segurada	Apólice
Resp Civil de Administradores e Diretores (D&O)	12/04/2016	12/04/2017	R\$ 20.000.000,00	100.10.00000613
Seguro Garantia de Performance / Fiel Cumprimento	29/01/2017	30/05/2017	R\$ 47.000.000,00	024612015000107750008719
Risco de Engenharia	01/09/2013	28/02/2018	R\$ 60.000.000,00	519.000144
Riscos Operacionais	27/12/2016	27/12/2017	R\$ 150.000.000,00	984000172
Responsabilidade Civil	27/12/2016	27/12/2017	R\$ 10.000.000,00	0466920171005100002417